

2ª quinzena de maio de 2000



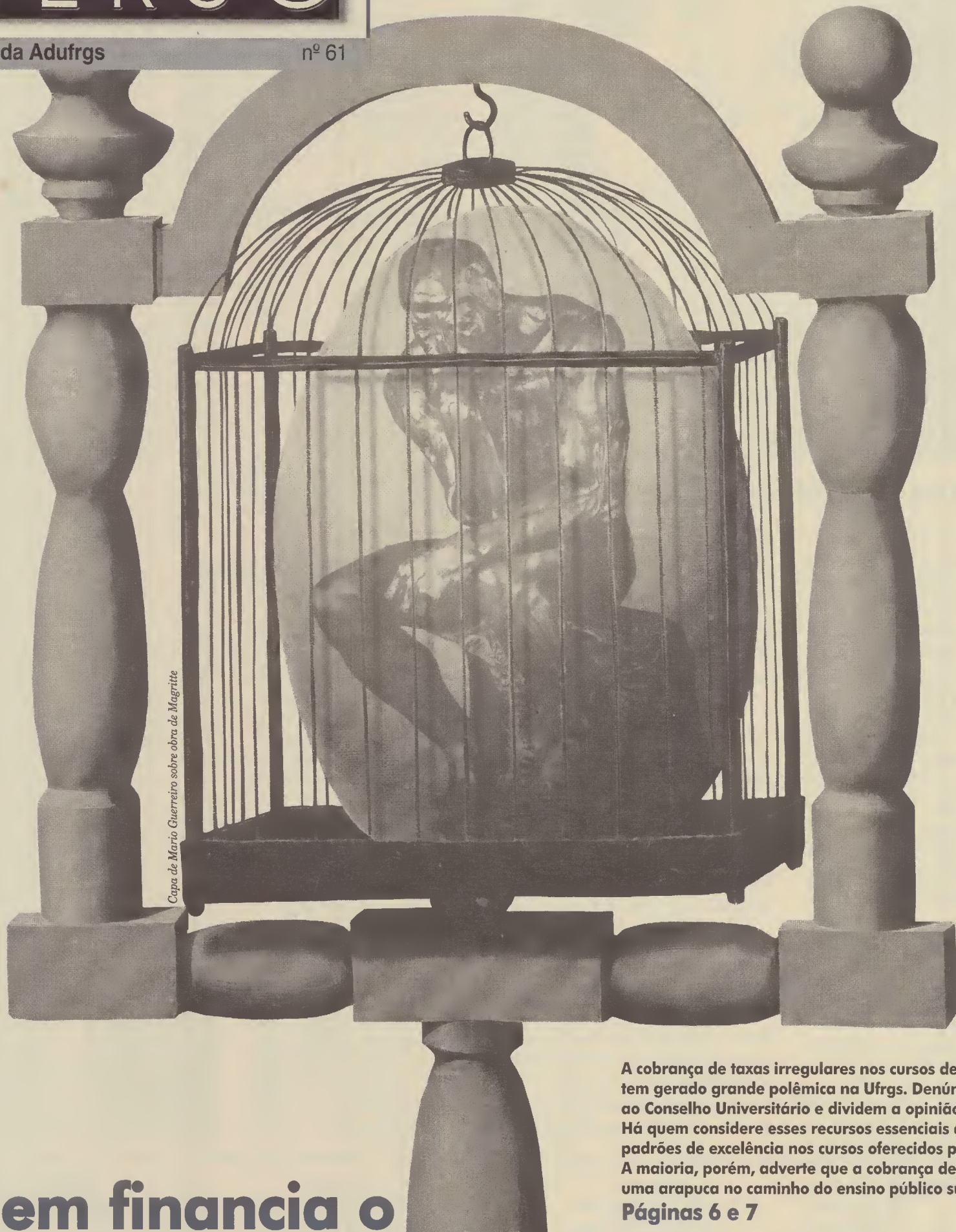
Jornal da Adufrgs

nº 61

Servidores federais entram em greve por tempo indeterminado

Na maioria das universidades, adesão dos docentes à paralisação iniciou no dia 25

Página 3



Capa de Mario Guerreiro sobre obra de Magritte

Quem financia o *conhecimento?*

A cobrança de taxas irregulares nos cursos de Pós-Graduação tem gerado grande polêmica na Ufrgs. Denúncias já chegaram ao Conselho Universitário e dividem a opinião dos docentes. Há quem considere esses recursos essenciais à manutenção dos padrões de excelência nos cursos oferecidos pela universidade. A maioria, porém, adverte que a cobrança de taxas pode ser uma arapuca no caminho do ensino público superior.

Páginas 6 e 7

Frans Hals



Em defesa da universidade pública

A cobrança dos cursos de pós-graduação é mais uma daquelas formas de busca de saída individual ou de pequenos grupos para os problemas colocados para universidade brasileira, oriundos da falta de recursos de responsabilidade do governo federal.

Da mesma forma, um grande volume de prestação de serviços rotineiros mediante remuneração mobiliza recursos humanos e materiais da universidade que deveriam ser empregados para tratar de questões de alta complexidade, à altura da qualificação de seus professores-pesquisadores.

Ao concordarmos com isso, sob alegação que se trata de fenômeno marginal, contribuimos com sua banalização e aprofundamento.

Além das medidas que devem ser exigidas da administração e

de seus órgãos superiores nosso candidato apresenta como alternativa à luta em defesa da universidade pública, de qualidade e gratuita da qual uma das dimensões é a luta por recursos públicos para a mesma.

Aliás, alguém duvida que os novos fundos a serem criados pelo governo para tal fim são em parte resultado desta luta?

Na mesma linha de raciocínio, devemos nos mobilizar junto com os demais servidores públicos federais em defesa do serviço público e por reposição salarial.

A nossa mobilização não tem só a função de obter ganhos imediatos. Neste aspecto, muitas vezes podemos ser derrotados, mas nosso fortalecimento junto à sociedade, em determinadas conjunturas pode impedir o desmonte do estado em geral e da universidade em particular.

Transgênicos e RS

A economia gaúcha poderá ser afetada com a derrubada do veto do Governador Olívio Dutra ao projeto que retira do Estado a possibilidade de fiscalizar cultivos transgênicos. Isto serve aos interesses das multinacionais como a Monsanto, Novartis e Agrevo. Apesar disso, em virtude de sentença judicial, continua proibido o plantio comercial de soja transgênica no Rio Grande do Sul.

Europeus e japoneses podem preferir comprar soja em outros Estados brasileiros, como Mato Grosso do Sul e Paraná, que poderão ficar com grandes fatias do mercado gaúcho. "Até nos Estados Unidos, sede da Monsanto, os agricultores reduziram o plantio de soja transgênica, temendo que não haja consumidores na Europa e no Japão", disse Marina Paoli, coordenadora da campanha de Engenharia Genética do Greenpeace.

Congresso da Cidade

Os porto-alegrenses estão debatendo os rumos do desenvolvimento da Capital no III Congresso da Cidade. Todo o mês de maio foi de preparação para a Plenária Final, dias 26, 27 e 28, no auditório Araújo Vianna. Estão sendo discutidas as propostas de diretrizes elencadas pelos grupos de trabalho que se reuniram para tratar de cultura, esporte, lazer, turismo, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e políticas sociais. Para participar, a comunidade se inscreveu por telefone, Internet ou nos postos espalhados por Porto Alegre.

O futuro do trabalho

"O que está acontecendo com o trabalho?" Este é o tema de um seminário nacional que está sendo promovido pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, em parceria com a Rede Unitrabalho/Ufrgs. O evento integra o Projeto Histórias de Trabalho, tem como proposta debater o presente e o futuro do trabalho no Brasil. As atividades ocorrem aos sábados, das 9 às 12 horas, na Faculdade de Educação da Ufrgs - Secretaria da Unitrabalho - sala 902.

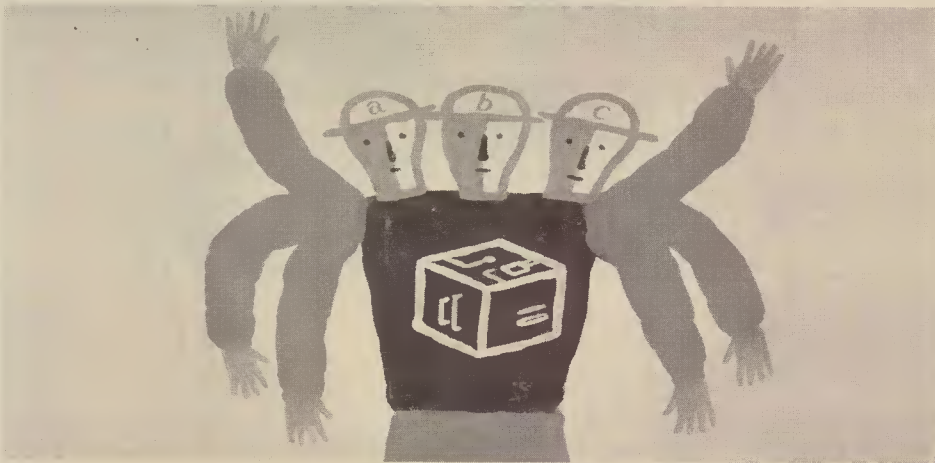
Violência na TV

Para 89% dos porto-alegrenses, há mais violência na TV do que no bairro onde moram. Esta é a constatação de uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) na capital gaúcha. Ao contrário do que sugere a recente campanha desencadeada pela mídia do grupo RBS, o número de homicídios registrados no Rio Grande do Sul em 1999 foi o menor dos últimos quatro anos. Foram 1.010 assassinatos contra 2.249 em 1996, 2.684 em 1997 e 2.410 em 1998. O número de ocorrências policiais (767.726) também diminuiu em relação ao ano anterior (900.426).

Tempo de trabalho

O tempo de trabalho efetivo - aquele em que o assalariado encontra-se à disposição do empregador e do trabalho - não diminui. Ao contrário: um estudo recente da Organização Mundial do Trabalho (OIT) reconhece sua ampliação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o tempo de trabalho não deixa de aumentar: para manter seu nível de vida de 1973, cada assalariado deve trabalhar 245 horas a mais por ano, quer dizer, seis semanas suplementares. "Os patrões europeus querem ampliar e intensificar o tempo de trabalho de quem já tem trabalho", denuncia Ernesto Herrera, membro da Comissão de Assuntos e Relações Internacionais da Frente Ampla do Uruguai, em artigo publicado na revista mexicana "Desde los Cuatro Puntos". Cada segundo de trabalho, acrescenta, "deve ser produtivo e contribuir para a realização das taxas de rentabilidade exigidas pelos detentores do capital".

Na América Latina, o resultado da política de incentivos fiscais às empresas, abertura indiscriminada ao capital internacional e desregulamentação do trabalho "é patético", afirma Herrera. E exemplifica: "De cada 100 novos postos de trabalho, 80 são no setor informal da economia".



Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

SERVIDORES FEDERAIS

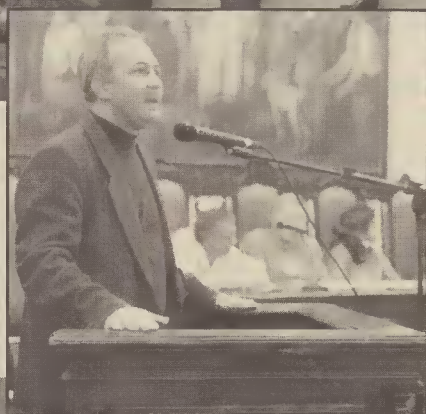
Greve é por tempo indeterminado

O setor das universidades federais da Andes esteve reunido no último dia 20 de maio, em Brasília, para discutir a greve nacional dos servidores públicos federais e o ingresso dos professores das Ifes no movimento. Participaram da reunião representantes de 25 ADs de todo o país (de um total de 52). A maioria aprovou indicativo de greve para 25 de maio. Até o dia 22, seis instituições já haviam aderido à paralisação: Faculdade de Ciências Agrárias, de Belém (PA), Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Espírito Santo. Permaneciam em greve também os professores das universidades estaduais paulistas (Unicamp, USP e Unesp).

Os representantes das ADs também debateram a duração do protesto. A maioria (17 contra dois e seis abstenções) votou na paralisação por tempo indeterminado.

Em assembléia realizada pelos professores da Ufrgs, dia 17 de maio, cerca de 150 professores aprovaram a data indicativa de 25 de maio para início da greve, ainda que reconhecendo a necessidade de intensificar a mobilização na universidade. A maioria dos relatos de representantes de unidades revelou tanto uma insatisfação generalizada com a atual política de arrocho salarial do governo federal quanto uma preocupação com o grau de mobilização da categoria. Representantes dos servidores técnico-administrativos e dos estudantes também estiveram na assembléia, manifestando solidariedade com os professores.

O presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, reconheceu que é preciso aumentar a mobilização da categoria para fazer uma greve com chance de êxito. A votação da proposta de indicativo de greve foi dividida: 67 votos a favor contra 62 contra e 12 abstenções. Após a votação, Schmidt fez um apelo para que todos se dedicassem ao máximo para garantir o engajamento dos professores



Assembléia: Presidente da CUT/RS, Chico Vicente (centro), disse que o movimento sindical vem recuperando sua capacidade de enfrentamento, enquanto os professores reconheceram a necessidade de intensificar a mobilização na universidade

Fotos Gil Cafrune Gosch



no movimento nacional.

Entrando no sexto ano sem reajuste, os servidores públicos federais estão reivindicando reposição linear de 64% sobre os vencimentos. Mas o movimento

não se resume à questão salarial. O que está em jogo, acima de tudo, é a defesa da universidade pública que, segundo a avaliação da categoria, vem sofrendo uma série de ataques que ameaçam sua

própria sobrevivência. Schmidt também destacou o caráter nacional e unificado da paralisação. Não se trata apenas de uma greve de professores, mas de um movimento do funcionalismo federal em defesa do serviço público. Os servidores da Ufrgs estão em greve desde o último dia 10. Em âmbito nacional, a mobilização cresce a cada dia em todo o País. A greve não é de 100%, mas é generalizada em praticamente todos os setores do serviço público.

Retomada

O presidente da seção regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Chico Vicente, esteve na assembléia levando o apoio da entidade aos servidores públicos federais e aproveitou para fazer uma avaliação sobre o atual estágio do movimento sindical. Para ele, desde 1998, os sindicatos estão recuperando sua capacidade de enfrentamento, enfraquecida a partir do governo Collor. Em 1989, antes da eleição de Collor, os sindicatos realizaram 3500 greves, quase dez por dia. A eleição de Collor e a introdução das políticas neoliberais, aprofundada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, tiveram um impacto fortemente negativo sobre o movimento sindical. O ápice deste processo de enfraquecimento, segundo Chico Vicente, foram os anos de 1997 e 1998, quando ocorreram, respectivamente, 550 e 620 greves em todo o país. E as greves não só diminuíram de quantidade, como tiveram modificado seu próprio caráter. Passaram a ser greves não em defesa da conquista de novos direitos sociais, mas para não perder direitos já adquiridos. No ano passado, este quadro começou a mudar. Foram mais de 900 greves, a maioria delas para reconquistar direitos perdidos. Em 2000, disse ainda o dirigente da CUT, os movimentos sociais estão recuperando sua capacidade de enfrentamento e tudo indica que, graças às lutas em andamento, poderá haver um início de recuperação de massa salarial.



Protesto: servidores do Judiciário Federal fazem greve parcial no Estado

Pauta unificada

Reunião das Associações de Docentes (ADs) em Brasília definiu uma pauta unificada para a deflagração da greve nacional. Foram aprovados quatro eixos de reivindicações:

- ✓ Defesa de uma carreira docente a partir do princípio do estatuto do servidor público.
- ✓ Defesa da expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).
- ✓ Defesa de mais verbas, contratações de mais professores e ampliação do número de vagas.
- ✓ Defesa da Universidade Pública, Autônoma e de Qualidade.

ALERS

Um mapa da língua gaúcha

Jéferson Assunção

Como é o Português falado na Região Sul do País? Onde e por que se diz "bodoque" e "funda" ao invés de "estilingue", por exemplo? E se não se usa estilingue no Rio Grande do Sul, por que então é esta a palavra que aparece na escola? E por acaso há alguma mais certa do que as outras? Respostas a perguntas como estas podem ser obtidas a partir do estudo do Atlas Lingüístico e Etnológico da Região Sul (Alers), que terá seus três primeiros volumes publicados nos próximos meses pela Editora da Ufrgs.

É a primeira vez que se faz um levantamento tão completo de nossas nuances lingüísticas, variações que já começam no próprio nome da língua que se usa. Em 840 localidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná que foram pesquisadas, os lingüistas se depararam com diferentes respostas à pergunta "Como se chama a Língua que você fala?". Além do "português" vem "brasileiro", passando por "nortista", "brasileiro-caipira" e até "paranaense". No Rio Grande do Sul, a resposta "brasileiro" aparece em 32% dos entrevistados, enquanto que nos demais Estados fica em 20%.

Aliás, o Alers serve também para isso, conforme os lingüistas: para mostrar que a língua que se fala no Brasil não é homogênea. O principal objetivo do trabalho é ampliar o conhecimento do Português do Sul Brasil, colhendo dados para uma "teoria da variação lingüística no espaço". São dois planos: o descritivo, em que examinam-se as características peculiares a cada língua; e o segundo, que procura formular teorias da estrutura e funcionamento desta linguagem.

"Tanto o tempo quanto uma rede de circunstâncias concretas acabam modificando a língua de cada localidade, tornando-a única", diz o lingüista Cléo Altenhofen, 36 anos, coordenador do Alers. O Atlas, então, dá uma perspectiva histórica e etnográfica da variação espacial do português sulino. O Alers foi elaborado pelo Instituto de Letras da Ufrgs, em colaboração com a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal de Santa Catarina. Os três primeiros volumes trarão a Introdução, Mapas Fonéticos e Fonológicos e Mapas Morfo-sintáticos. São 180 cartas de fenômenos lingüísticos, resultado de mais de uma década de trabalho.

Questionários

Com o 1º Encontro de Estudos do Bilingüismo e da Variação Lingüística do Rio Grande do Sul, em 1982, começaram a ser definidos os procedimentos para tornar o Atlas uma realidade. No entanto, os grupos passaram a se reunir somente em 1987, na Ufrgs, coordenados por Walter Koch. Elaboraram três questionários – durante dois anos de trabalho – que totalizam cerca de mil perguntas sobre aspectos fonéticos, morfo-sintáticos e lexicais. Daí passou-se ao mapeamento e à visitação das localidades a serem pesquisadas.

Foram inquiridas pessoas com experiência da economia rural, priorizando-se adultos do sexo masculino.

Nessa etapa, dezenas de pesquisadores percorreram aproximadamente 50 mil quilômetros, gravaram centenas de fitas cassete, entrevistaram pessoas dos mais distantes rincões da Região Sul – 260 deles, no Rio Grande do Sul. Em busca do modo de falar dos gaúchos, os pesquisadores da Ufrgs passaram por muitas aventuras. A preferência era por lugares inacessíveis, onde os moradores, de baixa escolaridade ou mesmo analfabetos, não tivessem um maior contato com o mundo urbano.

Cléo ainda era estudante quando começou a pesquisar. Sem carro, pegava ônibus nos finais de semana até as cidades no interior do Estado. Chegando no local escolhido, procurava um lugar o mais distante possível da rodoviária. "Para fazer o trabalho, muitas vezes tive que ir de carona, andar muito a pé e até pernoitar nas casas dos entrevistados", lembra. O resultado foi um contato bastante privilegiado com a cultura dessas pessoas.

Até mesmo fotos passaram a enriquecer as pesquisas e todo este material humano inspira Cléo, que pensa em Atlas até mais elaborados, com outros elementos levantados. "Pode-se fazer, até mesmo, um levantamento de atitudes, quadrinhas populares etc. de cada região", diz. Depois da coleta de dados, vem a fase de transcrição fonética. Começa a digitação do material. O trabalho: decupar fita por fita, transcrever todas as palavras.

Primeiras pesquisas eram feitas por carta

A semente que daria origem ao Alers é uma antiga ideia de se fazer um mapa da "língua" usada no Rio Grande do Sul. Quem a plantou foi o lingüista Heinrich Bunse, também da Ufrgs, que publicou em 1969 um pequeno volume intitulado Dialektologia no Rio Grande do

Sul (problemas, métodos, resultados), pioneiro no Estado. Frente às grandes dificuldades técnicas da época, Bunse enviava questionários por correspondência aos seus "informantes" (entrevistados), que os retornavam preenchidos.

Assim, Bunse pôde fazer os primeiros mapeamentos de palavras desta parte do País (veja mapa), descobrindo locais onde se diz, por exemplo, homem (Nordeste e Nordeste do Rio Grande do Sul) e homem (praticamente todo o restante do Estado).

O lingüista Mário Klausmann, 73 anos, trabalhou com Bunse. Hoje ele auxilia na elaboração do Alers, para onde leva uma experiência de décadas. Mário é capaz de saber de onde uma pessoa é, no Rio Grande do Sul, fazendo apenas uma pergunta lingüística. "Como é o nome de um veículo de duas rodas, de pneu, usado só para o transporte de pessoas?" Se alguém responde aranha, charrete, jardineira, feito ou gaiota, mesmo que não perceba já está dando pistas da região em que foi criado. "Quem responde feito é porque é da região Sul do Estado, entre Pelotas e Camaquã, até um pouco mais acima", aponta.

Português rural é quase outra língua

O questionário respondido pelos informantes traz palavras e expressões que poderiam até mesmo formar uma nova língua. Não que elas estejam erradas em relação ao Português. Só não se enquadram na gramática oficial. Por exemplo, quando o pesquisador pergunta "Já observaram, à noite, uma luz que parece uma estrela e que caminha devagarinho pelo céu? Como chamam isso?", aparecem, ao contrário da resposta "certa" satélite, as palavras "satel" e "sateli", entre outras. "Cometa" é "Estrela de Rabo" e "Caminho de Santiágua" (Caminho de Santiago) é o nome da Via Láctea. "O que são as manchas na Lua?" As respostas: "São Jorge no Cavalo", "José e Maria com o menino Jesus



num burrico", "um lenhador".

A palavra vive é traduzida para "véve" principalmente no interior do Rio Grande do Sul. "Di" aparece muitas vezes no lugar de "Dei". O dia que passou é chamado de ontem (ontem) no interior do Estado. "E o dia que foi antes desse dia?": ontente (anteontem). O dia que foi antes do dia de antes é o famoso "tresontente". Outra pergunta, diz o entrevistador: "Como se chama o buraquinho que tem no meio da barriga?". A resposta é quase sempre a mesma: imbigo (umbigo).

Os fios na ponta da espiga de milho são a "bunecra de mio" (panícula de milho), no português rural. O úbere é chamado de "ubre" e o nome do demônio passa a ser "demonho" – isso quando os informantes respondem, pois muitos se recusam a pronunciar a palavra, segundo Cléo. E como é o nome das coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar? Respostas: bolita, nica, bolinha de nhaque aparecem como sinônimos para bolinha de gude. O brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha? Pandorga, e não papagaio ou pipa. E como é o nome daquilo que se usa para acender o fogo? Que fósforo, o quê! O nome daquilo é "fôfri".

Intenção é mapear todo o Brasil

O Alers integra um projeto bem mais amplo e que está envolvendo lingüistas de outras universidades brasileiras. O Atlas Lingüístico Brasileiro (Alib) deverá ser publicado até 2005. A intenção é mapear todas as "variações dialetais" do País. Além do Alib, há outros dois trabalhos de pesquisa no País, com 32 lingüistas de 12 universidades. Um é a Gramática do Português Falado, coordenada pela Universidade de São Paulo (USP). Outro é o estudo das particularidades da língua falada, em que estão sendo levantados dados sobre a origem de cada estrutura gramatical. Completa, será a primeira história do Português no Brasil. A tarefa é árdua. No mundo, o primeiro atlas lingüístico começou a ser feito na Alemanha, há 125 anos. Ainda não está completo. "Um Atlas pode conter uma infinidade de dados geolingüísticos", afirma Cléo. "Terminamos uma primeira parte do Alers, agora está sendo preparado o material para os próximos volumes. Não há limites para o número de volumes a ser produzido", explica Mário.

A norma culta é um dialeto oficial

A Ufrgs também auxilia no levantamento da Norma Urbana Culta (Nurc) do País. Feito em cinco capitais brasileiras – Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) –

pesquisam-se em diferentes níveis, formais e informais, por meio de entrevistas com pessoas das classes cultas do meio urbano. Os pesquisadores querem saber qual é o Português padrão do Brasil, dando um recorte da língua falada em várias capitais brasileiras. É complementar ao trabalho do Alers, que busca palavras o mais longe possível dos centros urbanos, onde as variações dialetais estão praticamente intocadas.

Uma das conclusões com relação à Nurc é de que a utilização do pronome "vós", por exemplo, está completamente ultrapassada. O mesmo ocorre com o "tu", que resiste no Rio Grande do Sul, por se tratar de um lugar mais distante das outras capitais. "Toda língua escolhe um dialeto que vai para servir de 'guarda-chuva' aos integrantes de determinado povo. A língua padrão é só um dialeto eleito para ser utilizado como norma culta", diz Cléo. A Ufrgs aloja dados da Nurc obtidos em Porto Alegre. Outro projeto que trata de palavras nos meios urbanos é o Varsul – Variação Lingüística Urbana na Região Sul – também desenvolvido pela Ufrgs. Faz um levantamento sociolingüístico quantitativo em quatro cidades de cada um dos três Estados do Sul.

Para que serve um Atlas Lingüístico?

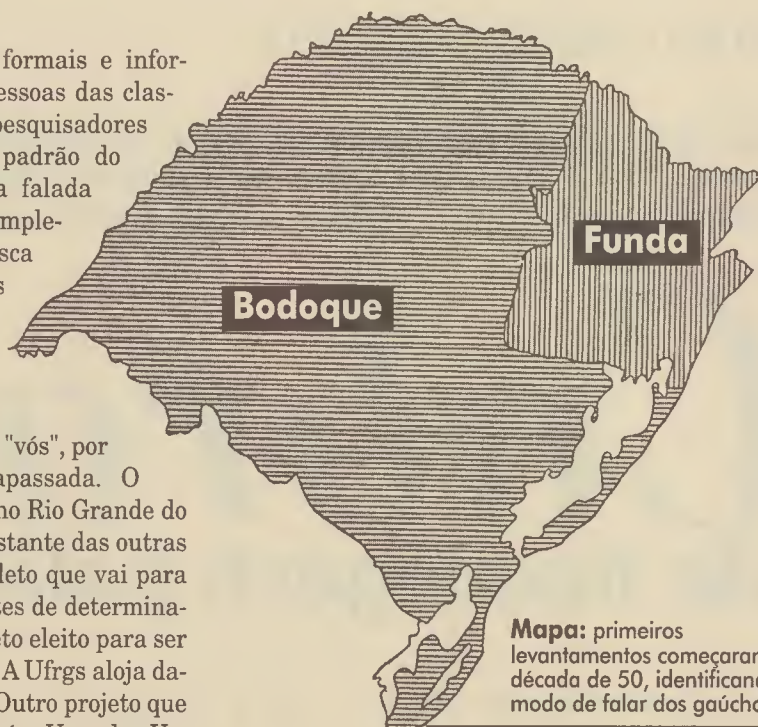
Um Atlas Lingüístico pode ser usado como subsídio para as mais diferentes áreas que necessitem de informações sócio-econômicas, sobre a língua, até mesmo etnográficas. Contém dados importantes para História, Geografia, Antropologia e outras. Com ele, se podem identificar os caminhos que uma palavra faz através do País, quando, por exemplo, sai de uma cidade como São Paulo e vai parar em lugares ermos do Pampa.

No entanto, a mais importante finalidade, segundo o lingüista Cléo Altenhofen, 36 anos, do Instituto de Letras da Ufrgs, é fornecer subsídios para uma política educacional e lingüística, que leve em consideração as diferenças entre as pessoas, suas características e pontos de vistas. "Chimia" é um exemplo de palavra usada pelas pessoas, mas não reconhecida pela gramática oficial. Como ela não está dicionarizada, o "certo" é geléia, doce ou marmelada. Mas os gaúchos freqüentemente utilizam essa forma de falar introduzida no Estado pelos imigrantes alemães. E não é só aqui. "Chimia se diz até no norte do Uruguai, onde se fala muito português", diz Mário.

Português não é homogêneo

Há uma falsa idéia de que o Brasil seja monolingüista, segundo Cléo Altenhofen. "Isso é muito usado para fins políticos, mas não confere com a realidade", afirma, acrescentando que o País tem na verdade uma imensa variedade dialetal. "Nem no Rio Grande do Sul há um Português homogêneo. Vai para Lajeado, uma palavra é falada de um modo, um pouco mais acima, de outro", aponta.

E há o bilingüismo, característica marcante da região levantada pelo Alers. Ele deve-se à intensa colo-

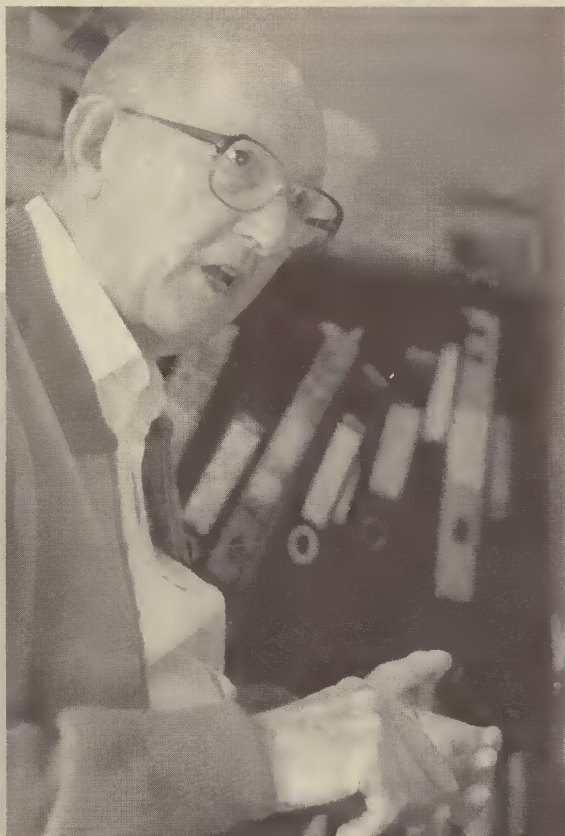


Mapa: primeiros levantamentos começaram na década de 50, identificando o modo de falar dos gaúchos

nização européia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. "É algo específico da Região Sul. Só se repete, de forma menor, em São Paulo e no Rio de Janeiro", explica Cléo, lembrando que o fenômeno tem profundas consequências na pronúncia de diversas palavras.

Além de todas essas causas, o Português gaúcho guarda muitos traços do antigo, por se tratar de uma área lateral, lingüisticamente. As inovações tendem a demorar mais para chegar até aqui e, quando chegam, vêm pelo umbigo das transformações: Porto Alegre. O meio rural, mais conservador, se protege das palavras e pronúncias novas. É o caso do fenômeno da palatização na Capital e região metropolitana – denomina-se assim a forma de se pronunciar o "de" como "di", "quente" como "quenti", "diferente" como "diferenti".

A pronúncia é bastante afetada pelo meio. Na Serra, área de colonização italiana, o "ti" de "tia" pode sair com o som estalado, com a língua quase pressionando os dentes. No local também é comum a pronúncia "on" ao invés de "ão". Surgem daí palavras como "television", "caminhon", "construçon". O "r" simples, no lugar do duplo "rr", é outra marca registrada do Português serrano, onde quem vai de "caro" ao armazém pede uma "garafa" de vinho. Cléo conta uma anedota envolvendo professores de português desta região do Estado. "Há professores que dizem: quando meus alunos falam 'coraçon' 'erado', eu 'corijo'. Digo, não é coraçon, é coraçon", brinca.



Os lingüistas Mário Klausmann, 73 anos, e Cléo Altenhofen, 36, participam desde o início do projeto Atlas Lingüístico e Etnológico da Região Sul (Alers), que está mapeando a língua portuguesa falada nos três Estados do Sul do Brasil.

Juntos, eles percorreram mais de 50 mil quilômetros de estradas no Rio Grande do Sul, para entrevistar pessoas nos mais distantes pontos do Estado.

Mais de dez anos depois, a obra terá seus três primeiros volumes publicados, nos próximos meses, pela Editora da Ufrgs.



PÓS-GRADUAÇÃO

Uma questão polêmica começa a ser discutida abertamente: a cobrança de taxas nos cursos de Pós-Graduação da Ufrgs. É um problema antigo, conhecido por todos, discutido por poucos.

Cobrança de taxas gera polêmica

Marco Aurélio Weissheimer

O Conselho Universitário (Consun) da Ufrgs, convocou o pró-reitor de Pós-Graduação, Franz Rainer Semmelmann para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de cobrança de taxas consideradas abusivas pelos alunos de pós-graduação. Na reunião realizada dia 5 de maio, Semmelmann admitiu que a maioria dos cursos cobra algum tipo de taxa não prevista em lei e atribuiu esta prática à falta de recursos e à crescente exigência de qualidade e eficiência. Revelou que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação fez um levantamento da situação e enviou-o à Procuradoria Geral da Ufrgs, que deverá se posicionar sobre a legali-

dade das cobranças. A Associação dos Estudantes de Pós-Graduação da Ufrgs (APG) está entrando na Justiça contra as cobranças que considera abusivas e ilegais. O curso de Mestrado em Direito, atendendo a uma decisão do Ministério Público, decidiu rever a cobrança de taxas de seus alunos.

Segundo o levantamento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pelo menos 30 cursos cobram dos estudantes algum tipo de taxa não previsto na legislação. Como se trata de uma universidade pública, nenhuma unidade da Ufrgs pode criar receita. Franz Semmelmann disse que muitas unidades acabam sendo levadas a cobrar dos alunos para fazer frente a despesas básicas de manutenção. Segundo ele,

na origem desta situação está o dilema entre a falta de recursos e a exigência de eficiência. A ameaça de fechamento devido ao funcionamento precário, admitiu, leva à prática da cobrança. Algumas unidades adotam o sistema da "contribuição espontânea" que, na opinião de muitos, pode discriminar os alunos que não têm condições de pagar. Semmelmann afirmou que a Pró-Reitoria não tem como supervisionar essa prática de contribuições espontâneas e sugeriu que o assunto seja discutido pelo Fórum de Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação. Ele prometeu colocar à disposição da comunidade universitária um levantamento das cobranças efetuadas atualmente. Lembrou, também, que todo estudante que se sentir lesado em seus direitos pode recorrer à Justiça.

O curso de Pós-Graduação em Biologia, por exemplo, cobra dos alunos que vêm de outras universidades uma taxa de R\$ 27,50 por crédito de disciplina. Segundo Gracinda de Jesus Alexandre Antunes Gonçalves, secretária do curso, além desta taxa, o curso só cobra a inscrição para seleção de mestrado (R\$ 30,00) e de doutorado (R\$ 100,00). A professora Georgina Bond Buckup, ex-coordenadora do Pós em Biologia e integrante da Comissão Coordenadora do Curso, disse que "fomos obrigados a cobrar dos alunos que não são oriundos da Ufrgs, pois não temos

recursos para cobrir custos básicos, como pagamento de xerox e manutenção de aparelhos". Além disso, acrescentou, "há muitos alunos da PUC que vêm fazer Pós na Ufrgs e podem pagar alguma coisa". Segundo ela, foi a maneira encontrada para manter a qualidade do curso, mas ressalta que o número de alunos que paga esta taxa é muito pequeno.

De um modo geral, os cursos que cobram taxas adicionais de seus alunos são aqueles que têm um custo maior com laboratórios, equipamentos e materiais diversos. Na área das ciências humanas, são cobradas apenas as taxas previstas em lei. Os cursos de Pós-Graduação em História, Ciências Sociais, Filosofia e Economia, por exemplo, segundo informações de suas secretarias, cobram apenas as taxas permitidas pela Reitoria (ver quadro). O curso de Pós-Graduação em Música também não cobra qualquer tipo de taxa de seus alunos, além daquelas previstas pela Reitoria. Também há casos de cursos que cobravam e, agora, estão revisando seu modelo de funcionamento. O Mestrado em Di-

reito, por exemplo, até este semestre, cobrava R\$ 150,00 por disciplina de todos os alunos, oriundos da Ufrgs ou não. Mas uma recente decisão do Ministério Público proclamou a ilegalidade desta cobrança, pelo fato da Ufrgs ser uma universidade pública. Decisões judiciais como esta poderão levar diversos cursos a rever suas práticas de cobrança. Os cursos de Pós-Graduação da faculdade de Agronomia fizeram uma consulta junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, perguntando sobre a possibilidade de cobrança de taxas. A resposta foi que apenas era permitida a cobrança de taxas previstas pela portaria nº 302, de 31 de janeiro último (ver quadro). A partir desta consulta, decidiu-se cobrar apenas o que está previsto na referida portaria. Mas nem todos os cursos estão seguindo o exemplo da Agronomia.

O presidente da Associação dos Docentes da Ufrgs, Carlos Schmidt, defende o fim da cobrança nos cursos de Pós-Graduação. Lembrou que tanto a Adufrgs como a Andes têm uma posição de princípio contra o ensino pago, ressalvadas as ativi-

dades que são frutos de convênios com empresas. Para ele, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação pode discutir o assunto com os coordenadores dos cursos, mas deve assumir suas responsabilidades e fazer valer a legalidade. "Sabemos que existe o problema da penúria de recursos, da falta de verbas, mas a saída não deve ser cobrar taxas dos alunos. Além disso, lembrou Schmidt, os cursos de Pós-Graduação possuem em seus quadros professores que desenvolvem projetos de pesquisa e recebem recursos adicionais para isso. "Através destes recursos oriundos de atividades de pesquisa, estes cursos têm mais condições de cobrir seus gastos mínimos do que os cursos de graduação". O presidente da Adufrgs acha que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e o Conselho Universitário devem tomar uma atitude mais incisiva em relação ao problema, para evitar que a cobrança de taxas não previstas em lei torne-se uma prática disseminada e fora de controle na Ufrgs. Segundo ele, é o próprio caráter público da universidade que está em jogo.

Medicina da UCPel a perigo

A falta de recursos, que está na origem da cobrança de taxas nos cursos de Pós-Graduação das instituições públicas, é um dos problemas alegados pelas universidades privadas que mantêm cursos ameaçados de fechamento pelo Ministério da Educação (MEC). O curso de Medicina da Universidade Católica de Pelotas é um exemplo disso. O MEC já tem em mãos os relatórios elaborados por uma comissão de especialistas sobre faculdades de medicina no Brasil. Os cursos reprovados terão até o final do ano para se qualificar, sob pena de extinção. Os relatórios citam corpo docente deficiente, professores com carga horária inadequada e infraestrutura insatisfatória.

Quando analisados pela comissão de especialistas, os 21 cursos de medicina que se saíram mal no provão (notas D ou E), também exibiram carência. A ordem no Ministério da Educação é criar um cerco especial nas faculdades de Medicina, que envolvem riscos maiores à saúde da população.

Há mais cursos que podem entrar na lista, embora com médias mais altas no provão e sinal verde da comissão de especialistas. Dos 21 cursos ameaçados de fechamento, há quatro de universidades federais (Pará, Maranhão, Minas, Amazonas), um de estadual (Belém) e outro municipal (Blumenau). As demais são privadas.

Faculdades de medicina ameaçadas de fechamento:

Privadas

- Centro de Ensino Superior de Valença - Valença (RJ)
- Centro Universitário Lusíada - Santos (SP)
- Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública - Salvador (BA)
- Escola de Medicina Souza Marques - Rio de Janeiro (RJ)
- Faculdade de Ciências Médicas Dr. José Antônio G Coutinho - Pouso Alegre (MG)
- Faculdade de Medicina de Campos - Campos dos Goytacazes (RJ)
- Faculdade de Medicina do ABC - Santo André (SP)
- Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos - Teresópolis (RJ)
- Universidade Católica de Pelotas - Pelotas (RS)
- Universidade de Mogi das Cruzes - Mogi das Cruzes (SP)
- Universidade de Santo Amaro - São Paulo (SP)
- Universidade do Oeste Paulista - Presidente Prudente (SP)
- Universidade Severino Sombra - Vassouras (RJ)
- Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro (RJ)
- Universidade do Iguaçu - Nova Iguaçu (RJ)

Federais

- Universidade do Amazonas - Manaus (AM)
- Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia (MG)
- Universidade Federal do Maranhão - São Luís (MA)
- Universidade Federal do Pará - Belém (PA)

Estadual

- Universidade do Estado do Pará - Belém (PA)

Municipal

- Universidade Regional de Blumenau - Blumenau (SC)

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Consun debateu cobranças no Pós



Contestação: O Conselho Universitário ouviu esclarecimentos do pró-reitor de Pós-graduação Franz Rainer Semmelmann sobre a cobrança de taxas não previstas em lei, objeto de uma ação judicial movida pela Associação dos Estudantes de Pós-graduação da Ufrgs (APG)

MEC promete fechar faculdades em junho

Destinado a avaliar o ensino superior, o chamado "provão" vai passar por um teste decisivo no próximo mês: o da credibilidade. Desde que foi criado em 1995, o "provão" acenou com a possibilidade de limpar o ensino superior, extinguindo cursos sem condições de funcionar, por absoluta falta de qualidade. Seria o sinal contrário à tradição de liberalidade excessiva de aprovação de funcionamento de faculdades no Brasil.

Uma série de cursos tirou as piores notas nos últimos provões e, depois, foi submetida a inspeções por uma equipe de educadores. A primeira leva atinge cursos de Administração e Direito. Os próximos serão 101 cursos de medicina. No mês que vem, encerra-se o prazo para que doze cursos de administração e engenharia, do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Goiás resolvam carências que vão da falta de livros nas bibliotecas à debilidade nos currículos e na titulação dos professores. Os cursos que não cumprirem as regras serão fechados, garante o MEC. Os especialistas são céticos. A avaliação deles é que "difícilmente" esses cursos conseguirão apresentar uma situação favorável no prazo estabelecido.

Cursos ameaçados de fechamento em junho:

Administração

1. Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (Barra do Garças/MT)
2. Faculdade Mato-grossense de Ciências Contábeis e Administrativas (Cuiabá/MT)
3. Faculdade de Ciências Humanas- ESUDA (Recife/PE)
4. Faculdades Integradas do Tapajós (Santarém/PA)
5. Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ)
6. Centro de Ensino Superior de Catalão (Catalão/GO)

Direito

7. Universidade Santa Úrsula (Rio de Janeiro/RJ)
8. Faculdade de Direito de Sete Lagoas (Sete Lagoas/MG)
9. Universidade Católica de Petrópolis (Petrópolis/RJ)
10. Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas (Goiânia/GO)
11. Faculdades Integradas do Tapajós (Santarém/PA)
12. Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (Rio de Janeiro/RJ)

LE MONDE DIPLOMATIQUE

De volta à ruína?

Ensino à distância, lucros e mediocridade



David Noble*

“ Quem não pode se lembrar do passado está condenado a repeti-lo ”

George Santayana

"A força das escolas é seu poder de venda"

Em seu material promocional, estas empresas ofereciam instrução personalizada para os estudantes: "O estudante conta com a atenção individual do professor e trabalha de acordo com o seu ritmo (...) sem deixar-se conduzir pela média do rendimento dos numerosos alunos que trabalham simultaneamente. Pode acelerar quando lhe convier, estudar a qualquer hora e terminar assim que se sinta capaz". Em todas estas instituições, a prioridade era o recrutamento de clientes e a maior parte dos esforços e rendimentos era destinada à promoção, em prejuízo da instrução. De 50% a 80% das taxas escolares eram normalmente investidas em campanhas de marketing direto, publicidade em revistas e jornais e na contratação e formação de vendedores que ganhavam comissão sobre as vendas obtidas. "A força de trabalho de todas as escolas é, de fato, direcionada ao desenvolvimento de seu poder de venda", apontava, em 1926, em pleno apogeu do movimento de ensino à distância, um estudo financeiro da Carnegie Corporation. "É, sem dúvida, seu departamento mais organizado".

A busca por lucros teve como consequência a subversão das nobres intenções – ou pretensões – das empresas, principalmente daquelas que haviam se transformado em instituições altamente competitivas (a maioria sem regulamentação nenhuma), por onde transitavam várias empresas, dentre as quais algumas fizeram belas fortunas. Os estudantes recrutados deviam pagar a totalidade ou uma parte importante dos estudos no momento da assinatura do contrato. A maioria dos estabelecimentos havia adotado uma política de não-reembolso para os quase 90% de estudantes que não conseguiram finalizar o curso.

A elevada taxa de abandono era reflexo não apenas dos métodos de recrutamento desrespeitosos, mas também da qualidade medíocre do produto oferecido.

Tomadas por uma febre comercial e incentivadas pela OMC, as universidades voltam-se cada vez mais para o ensino via Internet, apesar da suspeita sobre a eficácia pedagógica deste método. Vale a pena examinar o passado do ensino à distância, bem menos "moderno" do que se imagina

Para a "entrega" efetiva do curso, ou seja, a correção de trabalhos e provas, a maioria das empresas valia-se de um conjunto ordinário (e sempre "sub-profissional") de "leitores" em tempo parcial remunerados "por peça", a cada lição ou trabalho corrigido. Estas pessoas eram sempre exploradas, pois era necessário entregar um volume grande de trabalho para conseguir uma remuneração decente. Consequentemente, era impossível oferecer um trabalho pedagógico de qualidade. Nestas condições, bem entendido, não havia compromisso algum com o ensino atencioso e personalizado prometido nos anúncios. A falta de contato pessoal entre estudante e professor era a maior fragilidade.

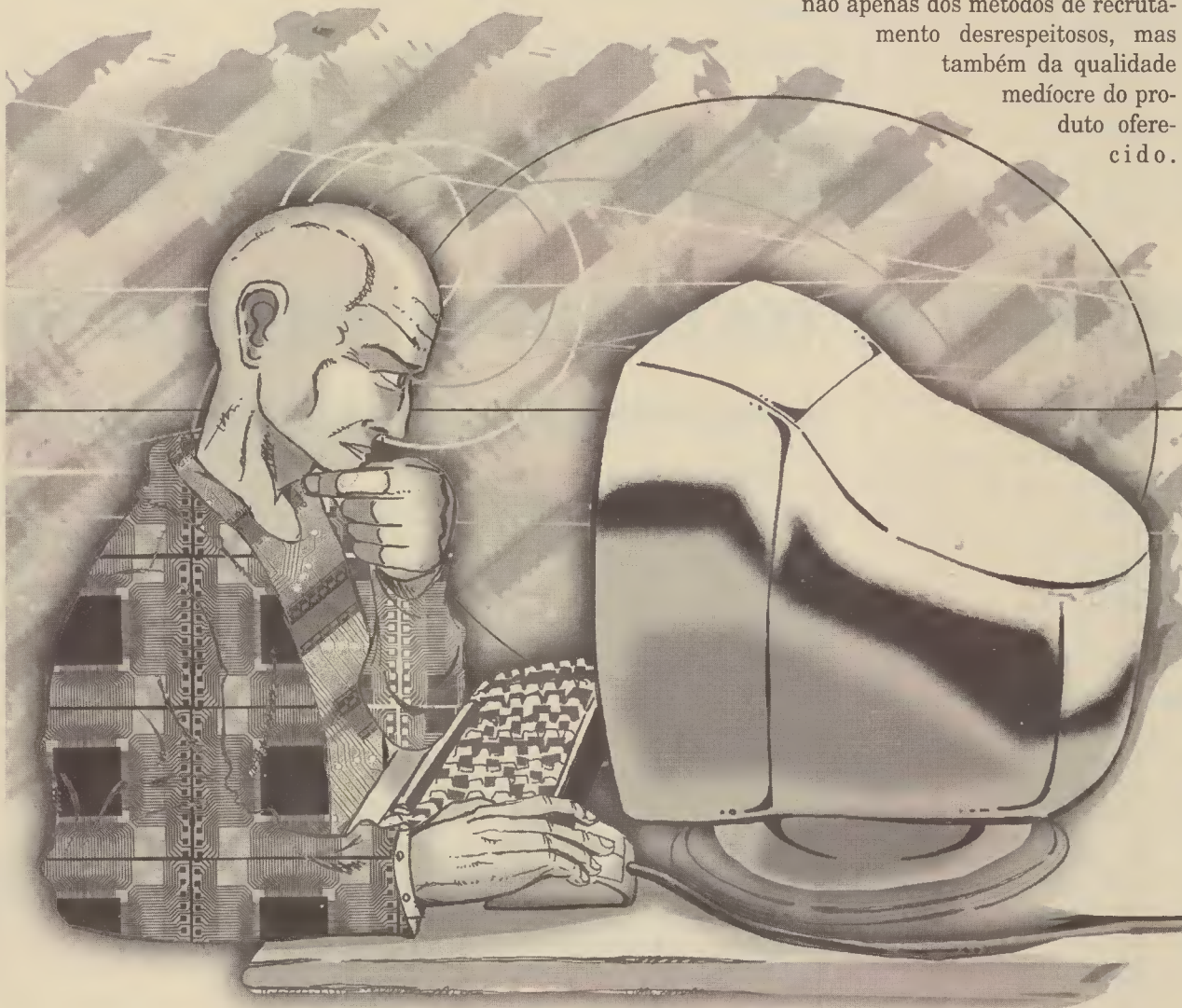
Toda esta situação obedecia, entretanto, a uma perfeita lógica econômica, que a indústria acabou chamando, no seu jargão, de "lucro da desistência" (drop-out money). Se o aluno desistisse do curso, a escola conservava o pagamento integral, mas não tinha mais que pagar as taxas de ensino e, em particular, os professores. Deste modo, a economia deste sistema educativo cínico não encorajava as escolas a manter os estudantes através da melhoria de qualidade dos cursos e das condições de ensino. Na realidade, ela incentivava o oposto: concentrar todos os esforços no recrutamento e negligenciar o ensino.

A universidade vai a reboque

A instrução por correspondência conduzida pelas universidades seguiu uma evolução comparável, sob todos os aspectos, à das escolas comerciais. O movimento começou, realmente, nos anos 1890. Entre 1910 e 1920, transformou-se numa loucura parecida com o atual entusiasmo em torno da tele-educação em rede. Na trilha aberta pela Universidade de Chicago, várias universidades públicas (Wisconsin, Nebraska, Minnesota, Kansas, Oregon, Texas, Missouri, Colorado, Pensilvânia, Indiana e Califórnia) juntaram-se ao movimento. Em 1919, quando a Universidade Columbia (Nova York) lançou seu programa de estudos a domicílio (home study), 73 estabelecimentos de ensino superior já ofereciam cursos por correspondência.

Alegando a democratização do ensino e esperando abocanhar uma fatia deste mercado lucrativo, as universidades também adotaram os argumentos de venda das escolas particulares. "Na sala superlotada da universidade americana comum é impossível tratar os estudantes individualmente, permitir-lhes superar a pressão conformista do grupo, ou encorajá-los", assegurou o chefe do Departamento de Estudos a Domicílio da Universidade de Chicago, Hervey F. Mallory. O estudo a domicílio, ao contrário, "leva em consideração as diferenças individuais no aprendizado". Assim, a educação à distância, mais que uma continuação do ensino tradicional, era uma ferramenta, ao mesmo tempo, mais barata e de melhor qualidade. O ponto de partida para uma revolução do ensino superior.

Mas, mesmo não estando constituídos como organizações com fins lucrativos, os programas por correspondência das universidades eram obrigados a se auto-financiar. Enquanto a educação à distância buscava obter melhor produtividade que a tradicional sala de aula, os pioneiros percebiam, rapidamente, que ela custava mais caro que o previsto, principalmente devido às



taxas suplementares de administração. Era necessário inventar para compensar as sobretaxas administrativas e reduzir gastos ligados à elaboração das aulas, padronizando seus produtos, recorrendo aos "cursos enlatados" e, acima de tudo, precarizando a situação dos professores mediante o pagamento "no ato". Estes sabiam, conseqüentemente, que tal filão não tinha futuro algum. Com um produto deteriorado e as taxas de desistência praticamente iguais às das empresas comerciais, foi preciso pouco tempo para que as universidades aderissem, também, à corrida ao "lucro da desistência".

Confusão entre formação e educação

No final dos anos 20 os programas universitários de ensino à distância acabaram merecendo as mesmas críticas que seus equivalentes comerciais. Abraham Flexner, um dos críticos mais influentes e respeitados do ensino superior americano, censurou as universidades por suas preocupações comerciais, por ter comprometido sua independência e integridade, e ter, assim, abandonado suas obrigações sociais essenciais. A competição pela exploração de cursos comercializáveis e o entusiasmo provocado pelo ensino a domicílio, argumentou Flexner, "mostra a confusão entre educação e formação que impera nos estabelecimentos de ensino superior. "As universidades voltaram-se, de maneira irracional e excessiva, às solicitações imediatas, fugazes e passageiras e, sem motivo, tornaram-se desvalorizadas, vulgarizadas e mecanizadas", insistiu.

Julgando "escandaloso" que o "prestígio da Universidade de Chicago ajude a enganar pessoas mal informadas (...) por meio de publicidades extravagantes e enganosas", Flexner também criticou

"a apropriação, por parte da administração, dos deveres do ensino" e a banalização dos professores. "O corpo docente americano é um proletariado", declarou. Esta crítica chamou a atenção dos meios de comunicação de massa e desencadeou uma sucessão de conflitos em toda a universidade. Conseqüentemente, provocou uma série de tentativas de ajustes do ensino e levou à eliminação dos anúncios mais mentirosos. Em Columbia, isto foi um golpe fatal para o programa de formação por correspondência.

Trinta anos depois, o General Accounting Office encorajou os veteranos do Vietnã a não desperdiçarem suas bolsas de estudos em cursos por correspondência. Todas as investidas posteriores, como as tentativas de reforma ou de regulamentação, fracassaram, mesmo quando os programas à distância adotaram os últimos meios de difusão – filmes, telefone, rádio, fitas cassete, televisão. As universidades continuaram, obviamente, a oferecer cursos por correspondência, mas tratava-se de programas bem mais modestos em suas declarações e ambições. Parentes pobres da instrução em sala de aula, eles estavam em sua maioria limitados às entidades independentes e cuidadosamente separadas do campi, provavelmente para livrar a instituição-mãe do custo, da contaminação comercial e das críticas.

Nova corrida do ouro

Como seus antecessores esquecidos, os modernos adeptos da tele-educação acreditam ser a vanguarda de uma revolução que vai transformar a paisagem educativa. Enfeitiçados pela tecnologia e pelo futuro, eles não dão importância às lições desta experiência exemplar. O fator comercial, porém, é ainda mais forte desta vez. Pois, longe de distinguir-se de seus adversários comerciais, as universidades lançaram-se avidamente em

parcerias com eles, alugando sua "marca" a empresas com fins lucrativos em troca de uma participação nas ações. As quatro instituições mais em evidência no movimento de ensino por correspondência estão novamente na competição. A Universidade de Wisconsin estabeleceu um acordo com a Lotus, a IBM e outros contratadores privados; a Universidade da Califórnia trabalha com a América Online e Onelinelearning.net; Columbia e Universidade de Chicago estão entre os exploradores mais motivados desta nova corrida do ouro. Não se trata mais de multiplicar os benefícios a partir dos anúncios, mas, acima de tudo, de colher os lucros da especulação financeira na indústria da educação, através das stock-options e entradas na Bolsa.

A Columbia assinou um acordo com a UNext, pioneira desta indústria da educação, permitindo a utilização do logotipo da universidade em troca de uma participação nos negócios. "Eu estava menos interessado no fluxo dos rendimentos (ligados aos direitos de inscrição pagos pelos estudantes) que na capitalização (financeira)", explica o diretor da Escola de Comércio de Columbia, "Eu não vejo nada que possa representar um problema", complementou, revelando assim uma ingênua ignorância em relação à história de sua universidade. Enfim, a Columbia firmou um acordo com outra companhia que pretendia corrigir seus cursos principais de arte e de ciências. A escola desenvolveria os

cursos e alugaria sua "marca" para os produtos desta companhia, em troca dos royalties e das stock-options. Segundo uma fonte, a companhia já começou a selecionar professores para elaborar o material pedagógico e estudar a possibilidade de chamar atores profis-

sionais para apresentá-lo.

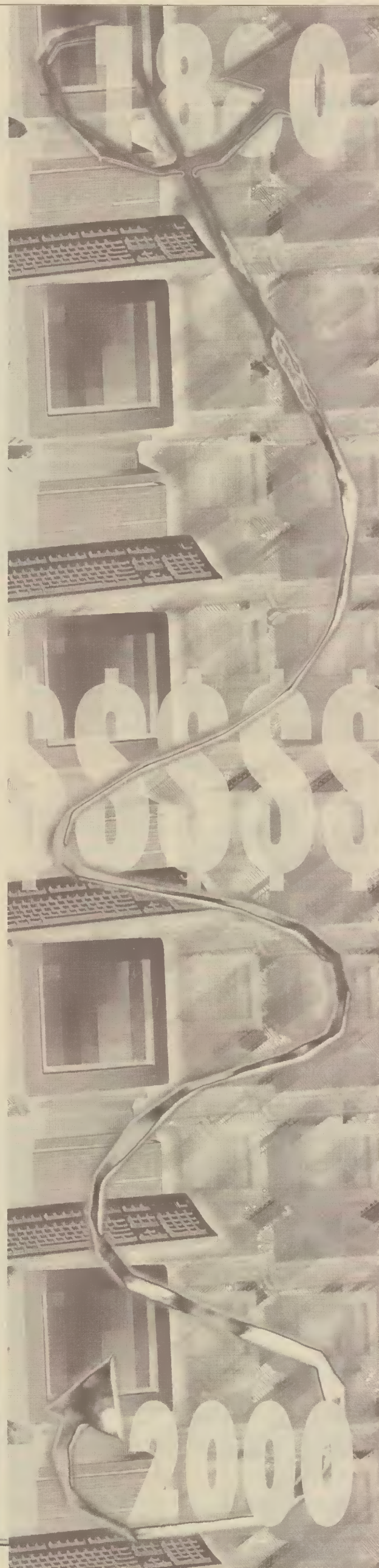
De imediato, a maior parte da educação à distância é produzida por instrutores mal pagos e exauridos, remunerados por aula, sem estabilidade no emprego e aos quais foi solicitado, como condição para a contratação, que cedessem seus direitos autorais sobre o material pedagógico produzido. As exigências da produção ganharam o jogo, determinando os contornos das condições de trabalho dos instrutores até chegarem à sua substituição definitiva por máquinas, cenários e atores.

Existem diferenças entre a loucura atual pelo ensino na Internet e a falência do começo do século. Primeiramente, mesmo que ambas tenham chegado pelo viés de grupos distintos, as iniciativas comerciais da rede começaram a se infiltrar profundamente no coração da universidade. Em segundo lugar, se as sobre-taxas da educação por correspondência eram importantes, as despesas com infra-estrutura para as aulas na rede são, claramente, mais consideráveis. Enfim, e acima de tudo, enquanto o ensino por correspondência ambicionava um grande mercado, a maioria das iniciativas tinha âmbito regional. Os "educadores" modernos propagam ambições de envergadura global, e a Organização Mundial do Comércio trabalha ativamente para suprimir todas as barreiras ao comércio internacional de "mercado-rias educativas".

Traduzido por Telma Baliello.

* Historiador da Universidade York (Toronto/Canadá), autor, entre outros, de "A Religião da Tecnologia", 1999. Este artigo foi extraído de uma série intitulada Digital Diploma Mills, veiculada na Internet, em <http://communication.ucsd.edu/dl>.

“ As iniciativas comerciais da rede começaram a se infiltrar profundamente no coração da universidade ”



ELEIÇÕES DA ANDES-SN

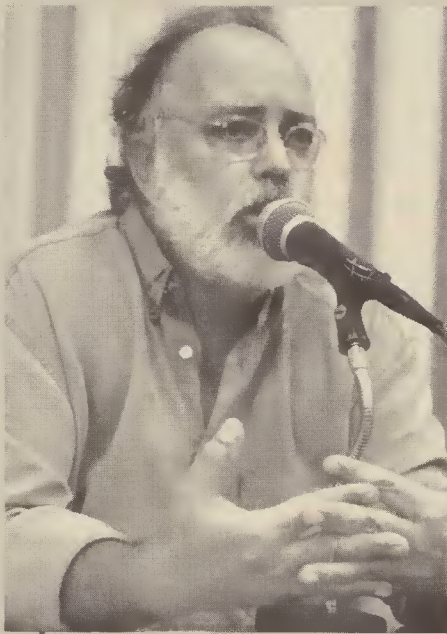
Chapas debateram na Ufrgs

Representando as duas chapas que disputaram as eleições da Andes-SN, os professores Carlos Schmidt (chapa 1) e Luiz Carlos Lucas (chapa 2) participaram de um debate promovido pela Adufrgs, dia 4 de maio, no auditório da Faculdade de Economia.

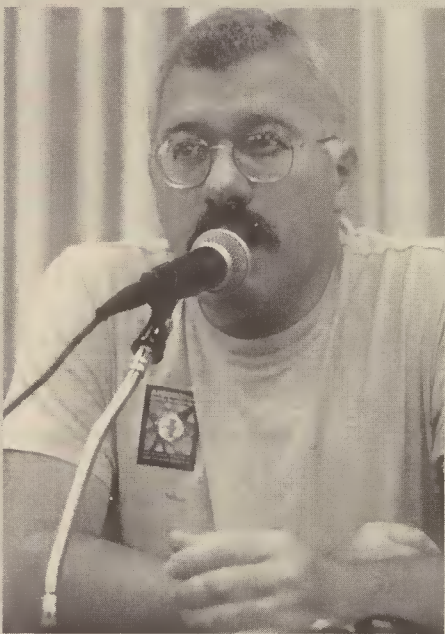
O economista Carlos Schmidt iniciou sua explanação frisando que os docentes concordam em construir um movimento que busque a defesa da universidade pública e a transformação da sociedade. Para ele, a principal "justificativa" para as ações da equipe econômica do governo federal é a aposta na irreversibilidade da globalização. Para o governo, mesmo com as características excludentes do processo, haveria espaço para os países emergentes, faixa em que o Brasil poderia se manter. "Configurando-se como emergente, o País poderia receber investimentos internacionais", disse Schmidt. Por isso, o governo elabora uma agenda para atrair capitais para o Brasil. "Nessa agenda está a abertura completa do mercado, com diminuição do Estado e um ambiente social interno propício, por exemplo, a flexibilização do trabalho. É essa diminuição do Estado que acaba afetando a universidade brasileira", refletiu.

Conhecimento

Produzir ou não conhecimento?, eis outra questão. Afinal, de acordo com o receituário do Banco Mundial para os países periféricos, é um luxo um país pobre produzir pesquisa, visto que deveria se preocupar mais com a simples transmissão do saber. Opor-se a esta idéia, que transforma universidade em "escolas de terceiro grau", é um dos centros da preocupação da chapa 1. Para enfrentar isso, o economista considera importante englobar setores "vacilantes" da comunidade científica, trazendo-os para o debate. "Isso envolve um amplo leque de alianças que pode resistir às investidas do governo federal", falou.



Lucas: apesar de tudo, o Brasil resiste mais ao projeto neoliberal



Schmidt: governo tem solapado a autonomia universitária

Fotos Gil Cafrune Gosch

Schmidt afirmou que o governo tem "solapado" a autonomia universitária, indicando reitores e procuradoria, além de fazer um conjunto de leis que retiram poderes das instituições. "Temos que discutir, mostrar que se tem um projeto consistente de universidade, com eficácia para a sociedade", argumentou. O professor também expôs sua visão de sindicato, argumentando que ele não poderia se restringir às questões que a sociedade capitalista estabelece, como o meramente material. "Ao contrário de um operário, nós não somos alienados do fruto de nosso trabalho, que é a formação de jovens. Temos que ter uma discussão ideológica na universidade sobre isso. O sindicato deve ter um trabalho mais amplo do que a defesa dos interesses materiais", concluiu.

Sistemas econômicos

O cientista político Luiz Carlos Lucas, representante da Chapa 2 no debate, afirmou existirem no mundo três

grandes sistemas econômicos: o corporativo, da Europa ocidental, distribui direitos e deveres diferenciados para públicos específicos; o universal, dos países do Norte da Europa, distribui direitos e deveres universalmente, sem diferenciação; e o liberal, o sistema dos países anglo-saxões, com o mínimo de Estado. "Hoje estamos vivendo um momento de transição do sistema corporativo para o liberal, fazendo ir para o mercado tudo o que for possível", disse.

Lucas afirma que estas mudanças levam os governos a alterar o perfil das universidades. "Apesar de tudo, o Brasil resiste mais a este processo. Isso devido a uma organização dos professores", disse. Para Lucas, fica clara a intenção de se aplicar o modelo do Banco Mundial no Brasil devido à subordinação do Ministério da Educação ao Ministério da Fazenda. "Nada se decide no MEC. É tudo com a Fazenda", afirmou. Para Lucas, o sindicato dos professores não pode enfrentar esses problemas dividido.

"Difundiu-se a idéia de que o sindicato deve estar voltado só para os professores. Dessa maneira, perdeu-se contato com as principais lutas, que devem ser retomadas", analisou. Com relação à autonomia universitária, a chapa 2 é contra a elaboração de um projeto de lei, pois defende a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição.

INDICADORES

AL fica para trás

A América Latina estagnou e, junto com a África, está se distanciando do restante do mundo. Até regiões como a Europa Oriental, Oriente Médio e Leste Asiático ultrapassaram o continente em termos de PIB per capita, um dos indicadores de desenvolvimento econômico e social. É o que mostra o último Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que analisou os números das diferentes regiões do planeta em 50 anos. A conclusão é que a nossa região está hoje mais subdesenvolvida do que há meio século, quando o PIB per capita latino-americano era o maior de todo o mundo em desenvolvimento.

Conforme o relatório, os países da região têm uma renda estimada em 3.100 dólares, o que não chega a 30% da renda por habitante dos países em desenvolvimento. Além da baixa renda, a concentração de capital é muito grande. Na América Latina, 25% do dinheiro nacional estão nas mãos de 5% da população. Nos países do Sudeste Asiático, os 5% mais ricos recebem em média 16% da renda total.

O relatório mostrou ainda outros contrastes. A região teve avanços na área da saúde – redução da mortalidade infantil e aumento significativo da expectativa de vida – mas o progresso em educação foi ruim. Nos anos 60, a população da região acima de 25 anos tinha, em média, 3,2 anos de educação, média que foi para cinco nos anos 90. No Sudeste Asiático, de 4,3 anos na década de 60, subiu para 7,2 anos na década de 90. Apenas na África o número de alfabetizados cresceu menos do que na América Latina.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64		ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2000				RUBRICAS / MESES		FEV	ACUMULADO
RUBRICAS / MESES		FEV		RECEITAS		76.765,21	155.551,18
ATIVO		1.292.988,81		RECEITAS CORRENTES		65.136,76	130.180,58
FINANCEIRO		1.069.745,30		RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		65.136,76	130.180,58
DISPONÍVEL		907.724,24		PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS			
CAIXA		1.943,17		RECEITA CVENDA DE MATERIAIS			
BANCOS		34.938,18					
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA		870.842,89		RECEITAS PATRIMONIAIS		11.528,45	23.669,74
REALIZÁVEL		162.021,06		RECEITAS FINANCEIRAS		11.528,45	23.069,74
CRÉDITOS A REALIZAR		162.021,06		RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS			600,00
DEVEDORES		10.722,35		OUTRAS RECEITAS		100,00	1.700,86
CRÉDITOS A RECUPERAR		148.320,84		RECUPERAÇÃO DE DESPESAS			1.350,86
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		2.467,78		OUTRAS RECEITAS		100,00	350,00
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		510,09		DESPESAS		59.632,98	119.416,94
ATIVO PERMANENTE		223.243,51		DESPESAS CORRENTES		59.632,98	119.416,94
IMOBILIZADO		220.724,51		DESPESAS COM CUSTEIO		16.261,84	36.870,26
BENS MÓVEIS		67.452,00		DESPESAS COM PESSOAL		7.343,68	15.456,13
BENS IMÓVEIS		197.187,83		DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS		5.790,75	11.687,82
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS		43.915,32		DESPESAS DE EXPEDIENTE		1.223,87	4.700,99
DIFERIDO		2.519,00		DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS		366,52	1.805,46
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS		2.796,88		DESPESAS LEGAIS		18,00	79,60
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		279,88		DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		153,41	397,71
				DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		1.163,63	2.327,55
				DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO		198,00	227,00
				ENCARGOS FINANCEIROS		4,00	8,00
				DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO			
				DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS		25.962,14	47.746,68
				DESPESAS COM PESSOAL			396,00
				DESPESAS COM VEICULAÇÃO		803,60	10.301,60
				DESPESAS COM VIAGENS		16.510,15	24.080,55
				DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS			90,00
				DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA		1.699,84	5.011,24
				DESPESAS COM PUBLICAÇÕES		6.814,00	7.512,74
				DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		334,55	354,55
				TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		17.409,00	34.800,00
				CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES		14.179,00	28.343,00
				CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT		3.230,00	8.467,00
				RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		17.132,23	36.134,24
				RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		36.134,24	36.134,24



Zilá Bernd - Ufrgs / CNPq

Arles, a Babel contemporânea

Se Van Gogh decidiu um dia refugiar-se em Arles, na Provence, foi certamente por ser a cidade "onde o sol brilha mais forte" e onde o azul do céu é incomparável,

como dizem seus habitantes. O esplendor da luminosidade desta região deu a seus quadros desta fase tonalidades de inexcusável beleza. Muitos associam, pois, a pequena Arles a Van Gogh, que a imortalizou em inúmeras obras, entre as quais o hospital da cidade ao qual recorreu quando do triste episódio da orelha. Pois o prédio do antigo "hôtel dieu" recebe hoje o nome de Espaço Van Gogh e abriga o importante Centro Internacional de Tradução Literária (CITL). Verdadeira Babel dos tempos modernos, esse centro acolhe tradutores do mundo todo que vêm em busca de troca de experiências, do rico acervo de dicionários e glossários em várias línguas, mas sobretudo da tranquilidade, do silêncio e da reclusão tão necessários ao penoso ofício de traduzir, de transpor para uma língua o que foi concebido em outra.

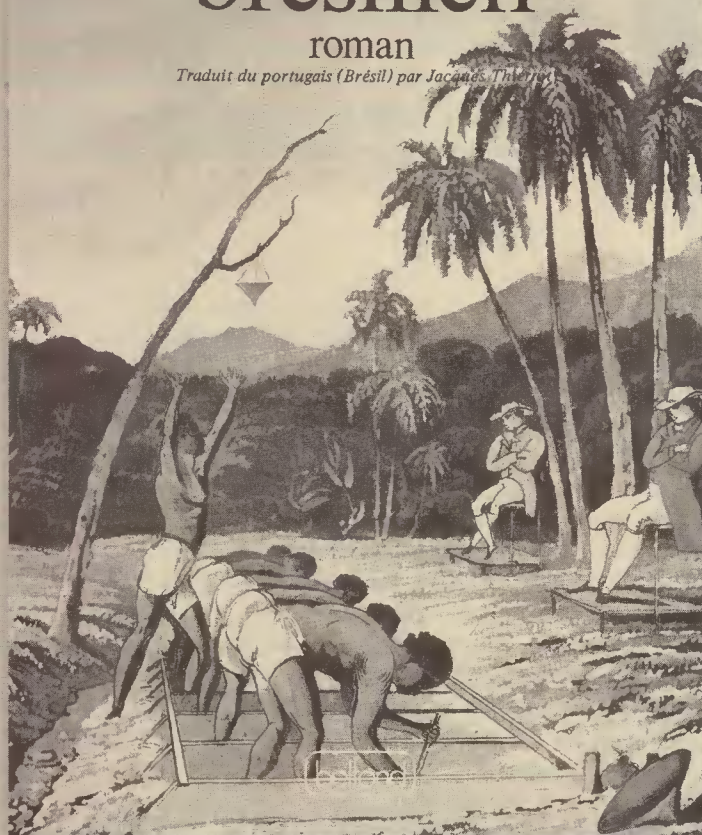
Durante muitos anos, o CITL foi dirigido por Jacques Thiériot, a quem fui visitar num ensolarado dia de fevereiro deste ano, depois de ter lido sua tradução de Macunaíma, de Mário de Andrade. Minha curiosidade em saber as razões pelas quais alguém decide empreender tão desafiadora tarefa era grande. Acabara de ler sua tradução, "Macounaïma, le héros sans aucun caractère", publicada pela Flammarion em 1979, e suas soluções para traduzir o que me parecia intraduzível me levaram até Arles. Por que traduzir Macunaíma? perguntei-lhe, antes de mais nada. "Porque eu me apaixonei pelo Brasil e achei que não haveria melhor maneira de conhecer o país e sua literatura do que traduzir um de seus autores mais emblemáticos. Comecei então, sem saber direito o português, movido pela paixão, e nunca mais parei..." De fato, ele nunca mais parou mesmo, pois, dos anos 70, quando chegou ao Brasil para ser diretor da Aliança Francesa do Rio de Janeiro, até hoje, traduziu para o francês mais de trinta romances da literatura brasileira. Se nossa literatura desperta hoje um interesse crescente na França e nos demais países de língua francesa é, em grande parte, devido à excelência do trabalho de Thiériot, que leva aos leitores franceses um texto ao mesmo tempo fiel ao original e totalmente reelaborado, como se tivesse sido concebido em francês.

Se a primeira escolha recaiu sobre uma obra difícil devido à grande inserção de elementos da cultura oral

João Ubaldo Ribeiro vive le peuple brésilien

roman

Traduit du portugais (Brésil) par Jacques Thiériot



e popular, as demais escolhas foram igualmente desafiadoras, como os manifestos do Modernismo Brasileiro ("Manifesto Antropófago" e "Pau Brasil") e os romances de Antonio Callado, Ignácio de Loyola Brandão, Edilberto Coutinho, Márcio de Souza, Auran Dourado, Josué Montello e Oswald França Júnior. Outro grande desafio surge quando a editora Des Femmes o escolhe como tradutor oficial para a obra de Clarice Lispector, cujos direitos haviam sido adquiridos por esta editora. A partir de 1989, com a publicação de "Laços de família" (Liens de famille), Thiériot lança-se incansavelmente à tarefa de buscar reconstituir o inefável estilo de Lispector na língua francesa. Serão anos de corpo-a-corpo com a palavra para dar conta do trabalho ciclópico que resultou na publicação de praticamente toda a obra da autora.

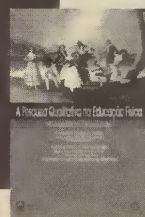
A esta altura já é um tradutor consagrado na França e seu nome passa a ser associado à literatura brasileira

e à tradução, não apenas confiável, como de alta qualidade pela fineza de suas recriações e reinvenções que só uma grande intimidade com as duas línguas poderia produzir. Chega então a hora de enfrentar um autor complexo pelo alto grau de oralidade presente em suas obras e tão exigente em matéria de tradução que assume ele próprio a tradução de alguns de seus livros. Me refiro a João Ubaldo Ribeiro e a "Viva o povo brasileiro", traduzido por Thiériot em 1989 (editora Belfont, com reedição em 1999, pela editora Le Serpent à Plumes). Foram vários anos de árduo trabalho, de muitas madrugadas e de muitos maços de Gitanes para dar conta das 550 páginas do vasto painel de história brasileira apresentada pelo romance. Com seus numerosos personagens, cada um deles com vários apelidos e diminutivos praticamente intraduzíveis, a versão para a língua francesa demandou qualidades de filólogo e inventividade de escritor. Traduz a seguir "O sorriso do lagarto" (Le sourire du lézard, em 1998), o que o prepara para enfrentar outro monstro sagrado da literatura brasileira: João Guimarães Rosa.

Para traduzir "Tutaméia" (Toutaméia, editora Seuil, 1994), Thiériot contou com o precioso auxílio de um amigo tão apaixonado pelo Brasil e sua cultura quanto ele próprio: Francis Utéza, que dedicara dez anos de sua vida a escrever uma tese de doutorado sobre "Grande Sertão: Veredas" (Metafísica de Grande Sertão, Edusp, 1995) e cujas qualidades de filólogo foram de grande valia na constituição de um glossário, indispensável ao leitor francês não iniciado ao mundo do sertão e ao hermetismo do texto rosiano.

Mais poderia ser dito, mas correria o risco de me tornar cansativa pela enumeração de tão prolífera produção. O que era preciso assinalar é a importância da tradução literária – como interface privilegiada entre o Brasil e o mundo francófono – para a visibilidade da literatura brasileira. A tradução cumpre, assim, seu papel de interligar as culturas e o tradutor revela-se por seu ato generoso de partilhar com os demais membros de sua comunidade sua descoberta da cultura do outro. Trabalhando na fronteira, num entre-lugar, num espaço de passagem, dele são exigidas as mesmas qualidades do escritor: sensibilidade, precisão, conhecimento e muita imaginação, muita capacidade de (re)invenção. Os trabalhos assinados por Jacques Thiériot revelam, pois, a arte literária brasileira à comunidade francófona espalhada por diversas geografias, o que contribui de maneira decisiva para o diálogo intercultural no qual estamos todos empenhados.

ORELHA



A Pesquisa Qualitativa na Educação Básica
Alternativas Metodológicas
Vicente Molina Neto e Augusto Triviños (orgs.)

O livro oferece aos professores, iniciantes e iniciados na pesquisa científica, possibilidades de aliar atividades docentes à atividade investigadora na sala de aula. Editora da Universidade - Editora Sulina. 141p. R\$ 15,00.



Identidades estéticas e compostas
Zilá Bernd e Cicero Galeno Lopes (orgs.)

Livro com análises de alguns dos mais representantes autores da Literatura Brasileira, como João Simões Lopes Neto, Carlos Drummond de Andrade, Moacyr Scliar entre outros. PPG - Letras da Ufrgs - Centro Universitário La Salle. 250p.

Águas de Visitação
Silva Freire

Terceira edição, póstuma, do livro de poemas de Silva Freire, publicado originalmente em 1979 em Bom Clima de Cuiabá (MT). Traz dez poemas do autor. Adufmat Publicações. 153p.



WWW

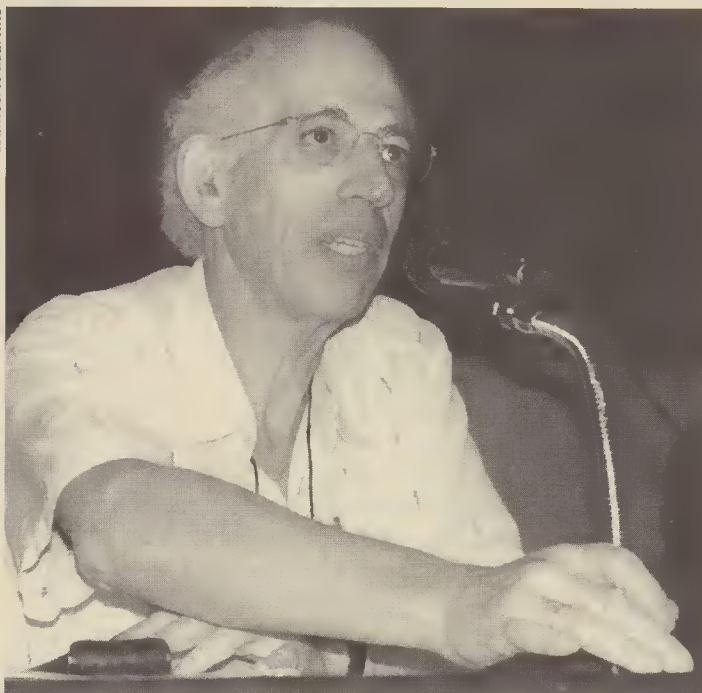
Música de protesto (1)

hotlink.com.br/zeramalho/
Home-page do cantor Zé Ramalho, com discografia e músicas em formato mp3, para ouvir. Há links para outros sites de músicos brasileiros.

Música de protesto (2)

uol.com.br/lobao
Site com música, agenda de shows e biografia do músico Lobão. Letras de todos os sucessos do cantor podem ser acompanhados em mp3.

Humberto Martins



Simon: o Brasil também pode participar de maneira vitoriosa

Abrindo a caixa-preta

O debate sobre o livre desenvolvimento de tecnologia a partir da utilização de programas abertos de computador foi o principal tema do 1º Fórum Internacional Software Livre 2000. Realizado no início de maio, o evento reuniu universitários, profissionais da informática e autoridades da área que, durante dois dias, lotaram o Salão de Atos da Ufrgs. O professor Imre Simon, do departamento de Ciência da Computação, do Instituto de Matemática e Estatística da USP, participou do Fórum, palestrando sobre a utilização dos softwares livres na universidade. Simon é PhD pela Universidade de Waterloo, do Canadá e atua como docente universitário, desde 1967. Ele foi presidente da Comissão Central de Informática da USP, de 1994 a 1998, e hoje coordena o Grupo de Estudos de Informação e Comunicação, no Instituto para Estudos Avançados da Universidade.

Gil Cafrune Gosch

ADverso - Qual a importância do uso de programas abertos?

Imre Simon - O uso do software aberto traz várias vantagens para a universidade. Uma das maiores é que ele é visível, não é uma caixa-preta. Você consegue investigá-lo, se tiver capacitação técnica para isso. Este ponto é de fundamental importância, essencial para toda a sociedade e para a universidade.

Adverso - Em termos acadêmicos, quais são as vantagens do uso de programas abertos?

Simon - O software livre dá uma oportunidade, em particular para o Brasil - um país relativamente pobre -, de participar de maneira vitoriosa de um projeto de complexidade tecnológica extraordinariamente grande. Não existem pré-requisitos, nem necessidade de grandes investimentos econômicos. Basta competência para trabalhar na elaboração de programas. Isso interessa à ciência da computação, à engenharia, à física, às universidades em geral.

Adverso - As universidades brasileiras estão preparadas para isso?

Simon - Elas não estão. É preciso chamar a atenção das universidades para essa possibilidade. Normalmente, apenas um aluno ou pequenos grupos se ligam a um núcleo de desenvolvimento de software. No RS, vocês têm o maior exemplo desse caso no Brasil: o Alfredo Kogima. Ele é aluno do bacharelado em Ciência da Computação da Ufrgs e coordena um dos maiores projetos da atualidade na área de software livre, desenvolvendo o Window Maker. Mas é uma iniciativa individual. A questão está ficando cada vez mais visível, mas ainda está longe de ser um projeto dos programas acadêmicos.

Adverso - O senhor não acha que a universidade deveria estar voltada para esse objetivo?

Simon - Penso que a universidade vai acabar apoiando as iniciativas individuais. Vai ver a possibilidade de contribuir para a solução de problemas concretos relativos aos softwares. Acho que a academia não está ciente da importância dos protocolos abertos. O uso de programas cria dependência. As dificuldades para se mudar de plataforma são muito grandes e as pessoas acabam dependendo tanto de programas abertos como de softwares proprietários, pois o problema é da natureza do uso de aplicativos. Mas, no caso de um programa fechado, o interesse do fabricante é que você tenha a máxima dificuldade para sair de sua plataforma. E ele usa o fato dos protocolos serem fechados para aumentar a dependência. No caso dos softwares "públicos", ela é muito menor e o usuário não fica refém da exploração comercial. A universidade deveria levar isso em conta na hora de escolher os aplicativos que usa.

Adverso - Existem dados relativos ao panorama de testes deste tipo de programas nas nossas universidades hoje?

Simon - Dados concretos e números eu não tenho. Conheço bem a situação na USP. Existem vários focos

de trabalho há seis, dez anos, investindo na migração. Atualmente eles são totalmente independentes dos softwares proprietários. Um dos centros é o meu instituto, com diversos grupos do Departamento de Ciência da Computação. O Instituto de Física tem um grupo grande, porque está coordenando o projeto Linusp. Eles estão facilitando o envio de programas abertos para o Brasil inteiro. A idéia é manter um espelho ("central") de distribuição de software livre e das plataformas que usem aplicativos abertos. Eles exportam cerca de um quarto de terabytes de softwares livres por mês. É uma quantidade fantástica, que continuamente está saindo do grupo da USP.

Adverso - O senhor conhece experiências de adoção de programas abertos fora da área das ciências exatas?

Simon - Sei que nos Estados Unidos estudantes de medicina estão desenvolvendo programas médicos. Baseado nos dados vitais do paciente, aplicativos calculam a dosagem dos medicamentos que ele precisa tomar e quais remédios são os mais adequados para o seu caso. O uso médico de programas abertos está aumentando muito. E muita coisa é desenvolvida de maneira comunitária entre estudantes.

"A academia não está ciente da importância dos protocolos abertos"

Adverso - Como começou o desenvolvimento comunitário de programas?

Simon - O primeiro exemplo que se tem é o Linux. Ele permitiu uma nova maneira de desenvolver bens de informação de maneira cooperativa, através da Internet, um meio de comunicação muito poderoso. A comunidade coopera para construir um bem de informação, com cada um adicionando relativamente pouco. A própria documentação dos softwares livres tem recebido uma contribuição fantástica, feita de maneira cooperativa. Novas práticas no desenvolvimento de informação, de textos, de livros surgirão com isso.

Adverso - Alguns defendem as vantagens econômicas dos programas livres, outros, as técnicas. O senhor defende as vantagens ideológicas, não é?

Simon - Não. Eu apoio a maior diversidade possível de plataformas. Acho que deve existir uma liberdade para cada um decidir usar a plataforma que tenha maior interesse. Existe um conflito muito importante: a legislação toda defende a propriedade intelectual. É bom, pois incentiva a produção e protege o conteúdo da informação. Mas, a legislação no mundo inteiro e, em particular, no Brasil, não prevê a defesa e o incentivo a esse outro tipo de produção. Até porque é muito recente. Acho que a gente não deve lutar para ter somente softwares livres, mas entendo que não se deve

usar só programas proprietários. Nesta disputa entre duas filosofias, a sociedade vai decidir qual é melhor. Em alguns casos, o uso de softwares livres é muito mais seguro para o usuário. E a qualidade do programa é incomparavelmente melhor. Mas existem dúvidas se isso é sustentável. A experiência é muito recente e até agora tem se sustentado surpreendentemente bem. Mas não temos garantia se será sustentável daqui a dez ou trinta anos.

Adverso - É uma experiência recente, mas a Free Software Foundation foi fundada em 1984.

Simon - Em termos de sociedade, 16 anos é uma coisa muito recente. A idéia da propriedade intelectual foi formalizada há uns 200, 300 anos, e a idéia é muito mais antiga. Se compararmos, 16 anos não é nada. A Free Software Foundation foi fundada em 1984, mas a aceleração do processo de cooperação pela Internet começou há nove anos com o Linux. Nos primeiros anos só gente muito ligada à área estava sabendo. Ele está crescendo e, em qualquer revista dos Estados Unidos, aparece como alternativa para programas da Microsoft. Tudo devido à cooperação em larga escala de programadores do mundo inteiro. A Free Software Foundation deu os fundamentos e a base legal para que isso fosse feito. Eles fizeram inúmeros programas de excelente qualidade. Uma parte substancial de qualquer sistema operacional baseado no Linux é constituída de softwares da Free Software Foundation.

Adverso - Qual o papel do estado no apoio aos programas livres?

Simon - A idéia de legislar sobre o assunto começou na França, no fim do ano passado. Aqui, um projeto de lei foi apresentado no Congresso para dar prioridade ao uso de softwares livres nos órgãos públicos. Pelo que vi no RS, a idéia está tendo um apoio muito grande. Precisamos ver se a proposta vai ser aprovada e se as medidas podem ser aplicadas. Não dá para se decretar de uma hora para outra qual é a plataforma de software que vai ser usada, devido à dependência que isso gera. A mudança leva muito tempo. Concorro com o espírito das leis, mas elas precisam traçar um caminho de transição para que possam ser realmente aplicadas. Milhares de pessoas estão usando softwares proprietários em repartições públicas e não vão se adaptar de uma hora para outra. Além disso, vai ser preciso todo um esquema de treinamento e disseminação dessas tecnologias na sociedade. As universidades terão um papel muito importante nisso.

Adverso - Estamos no caminho certo?

Simon - A questão não é tão simples assim, mas é uma iniciativa na direção correta. Estou muito curioso para ver o que vai acontecer na França e aqui. Existe a questão de defesa da soberania nacional. Na França, a justificativa do projeto de lei está colocada nesses termos. Eles afirmam que não se pode depender de uma empresa privada, ainda mais de outro país. O software livre fornece uma pista para se tentar sair disso.